

HABEAS CORPUS Nº 478.754 - MG (2018/0300948-2)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : RONAN RODRIGO BARBOSA DANGELIS E OUTROS
ADVOGADOS : CARLOS LÚCIO RIBEIRO D'ANGELIS - MG032054
ANTONIO CARLOS AFONSO DOS SANTOS JUNIOR -
MG116066
RONAN RODRIGO BARBOSA D ANGELIS - MG146894
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : JOAO PAULO CARVALHO DA ROCHA (PRESO)
PACIENTE : DANIEL CARVALHO DA ROCHA (PRESO)
PACIENTE : RICARDO DA SILVA OLIVEIRA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de JOÃO PAULO CARVALHO DA ROCHA, DANIEL CARVALHO DA ROCHA e RICARDO DA SILVA OLIVEIRA, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que indeferiu pedido liminar no *writ* de origem.

Durante a tramitação, sobreveio a denegação do *mandamus*, por acórdão assim ementado (fl. 89):

*HABEAS CORPUS - LESÃO CORPORAL GRAVE -
NEGATIVA DE AUTORIA - DILAÇÃO PROBATÓRIA -
IMPOSSIBILIDADE - VIA IMPRÓPRIA - PRISÃO PREVENTIVA
DECRETADA - DECISÃO FUNDAMENTADA - PRESENÇA DOS
PRESSUPOSTOS E REQUISITOS DOS ART. 312 E SEQUINTE DO
CPP - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - GRAVIDADE
CONCRETA DA CONDUTA - CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS
- IRRELEVÂNCIA - AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL -
DENEGADO O HABEAS CORPUS.*

- É na instrução criminal o momento oportuno para que a defesa técnica seja apresentada, e faça provas em favor do paciente, sendo, por isso, o habeas corpus, a princípio, a via imprópria para suscitar a tese de negativa de autoria delitiva.

- Demonstrada a existência de indícios de autoria e materialidade delitiva, a prisão preventiva deve ser decretada, nos termos dos art. 312 e ss. do CPP, se houver necessidade cautelar.

- Estando evidenciada, por meio de elementos do caso concreto, a periculosidade do agente, imperiosa a manutenção de sua prisão processual para a garantia da ordem pública e conseqüente acautelamento do meio social.

- A existência de condições pessoais favoráveis não implica a concessão da liberdade provisória, quando presentes, no caso concreto, outras circunstâncias autorizadoras da segregação

cautelar.

O impetrante requer a revogação da prisão preventiva, com a alegação de não estarem presentes os requisitos autorizadores dessa segregação cautelar, sendo possível a aplicação de cautelares diversas.

Os pacientes foram presos preventivamente pela prática do crime tipificado no art. 129, § 1º, I e II, do CP.

A liminar foi deferida.

As informações solicitadas constam dos autos.

O Ministério Público manifestou-se pela denegação.

Na origem, ação penal n. 0012908-87.2018.8.13.0627, o processo está em fase inicial de apresentação de resposta à acusação, conforme informações eletrônicas disponíveis em 11/2/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva tem os seguintes fundamentos (fls. 61/63):

[...]A autoridade policial comunicou a prisão em flagrante de de Ricardo da Silva Oliveira, Joio Paulo Carvalho da Rocha e Daniel Carvalho da Rocha, pela pratica, em tese, do delito tipificado no artigo 129, § 1º, inciso II, do Código Penal.

Em análise ao auto de prisão em flagrante verifico que foram observados todos os requisitos levados à espécie, não possuindo qualquer vício que mereça se reconhecido, razão pela qual homologo o presente ato para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Resta apreciar o artigo 310, do Código de Processo Penal, o qual determinada que ao receber o auto de prisão em flagrante, Juiz deverá fundamentadamente:

[...]

No presente caso, analisando os autos verifica-se que é atribuído aos autuados a prática do delito de lesão corporal gravíssima, o qual é punido com pena privativa de liberdade máxima superior a 04 (quatro) anos.

Existem nos autos a prova da materialidade e indícios suficientes de autoria.

Vislumbro a presença do fundamento descrito no artigo 312 do Código de Processo Penal, consistente na garantia da ordem pública, uma vez que a gravidade ao crime demonstra que a liberdade

dos autuados, em tais circunstâncias, trará à população local intranquilidade e sensação de impunidade, justificando assim a segregação dos autuados preventivamente, com fins a manter a garantia da ordem pública.

Ademais, a segregação cautelar se impõe ainda para proteção da vítima, diante dos fatos evidenciados.

Ante o exposto, converto a prisão em flagrante delito em prisão preventiva dos autuados Ricardo da Silva Oliveira João Paulo Carvalho da Rocha e Daniel Carvalho da Rocha, qualificado nos autos, com fundamento nos artigos 311 a 312 do Código de Processo Penal, para garantia da ordem pública. [...].

Como já adiantado no exame da liminar, o decreto de prisão faz referência à gravidade abstrata do delito, constando genérica regulação da prisão preventiva, sendo necessária, segundo a decisão, pois *trará à população local intranquilidade e sensação de impunidade*, o que indica a ausência de fundamento idôneo para determinar a segregação cautelar, ou seja, a referência a riscos concretos à sociedade ou ao processo.

Não havendo no tema, com a clara motivação genérica, divergência nesta Sexta Turma do Tribunal, reconheço a ilegalidade arguida.

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus*, para a soltura dos pacientes, JOÃO PAULO CARVALHO DA ROCHA, DANIEL CARVALHO DA ROCHA e RICARDO DA SILVA OLIVEIRA, o que também não impede a determinação de medida cautelar diversa de prisão, por decisão fundamentada.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator